



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

**Pregão Eletrônico sob nº 47/2024**

**AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA**, inscrita no CNPJ do MF sob nº 27.761.435/0002-96, com sede à Rua Joinville, nº 13.777, Bairro Pirabeiraba, CEP 89.239-220, na cidade de Joinville/SC, neste ato representado por sua procuradora, vem, mui respeitosamente, perante o Ilmo. Sr. Pregoeiro, com fulcro na alínea "c" do inciso I do art. 165 da Lei nº 14.133/21, interpor o **RECURSO** contra a decisão que a empresa *Executive Tour Viagens Ltda* vencedora do certame, consoante as razões e fundamentos que passaremos a elucidá-los:

### **I. DOS FATOS**

Trata-se de procedimento licitatório, visando o registro de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de transporte coletivo escolar.



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Depreende-se que após o encerramento da etapa competitiva, a empresa “*Executive*” ofertou a proposta mais vantajosa à administração, ocasião em que procedeu-se à análise de seu acervo habilitatório e as condições de aceitabilidade da proposta.

Nesta toada, adveio a decisão proferida pelo eminente Pregoeiro, aceitando a proposta ofertada e, por derradeiro, declarando-a habilitada.

Todavia, data venia ao posicionamento do eminente Pregoeiro, evidenciamos que a empresa “*Executive*” ficou-se inerte ao atendimento integral das disposições editalícias, bem como, não demonstrou a exequibilidade de sua proposta.

Diante desta conjuntura, em apertada síntese, eis os fatos que abarcam a pretensão recursal trazida a baila, no qual passaremos a expor as vicissitudes que norteiam a necessária modificação da decisão alhures, determinando-se a desclassificação da proposta, bem como, a inabilitação da empresa “*Executive*”.

## II. DO MÉRITO

### II.1. DA INEXEQUIBILIDADE

A *priori*, antes de adentrarmos ao mérito, infere-se que a contratação alhures estimou-se o valor global de R\$ 3.630.660,00 (três milhões seiscentos e trinta mil seiscentos e sessenta reais).



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Entretanto, a proponente “*Executive*” ofertou o montante de R\$ 1.806.200,00 (um milhão oitocentos e seis mil e duzentos reais), correspondente a redução de 50,25%.

Depreende-se que nos termos do subitem 7.7.3. do edital, as “*propostas serão **desclassificadas** se apresentarem **preços inexecutáveis** ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação*”.

Para fins de aprazamento dos critérios de inexecutabilidade, o item 7.8. do edital prevê que “*no caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração***”.

Neste contexto, nota-se que a proposta ofertada encontra-se inferior a 50% do valor orçado pela Administração, evidenciando-se o indício de inexecutabilidade.

Desse modo, infere-se que o eminente Pregoeiro corroborou a situação alhures, determinando-se ao proponente, a apresentação de documentação que demonstre a executabilidade do valor.

Para o atendimento da exigência em questão, a empresa “*Executive*” apresentou a declaração de inexecutabilidade, aduzindo-lhe, em apertada síntese, “*que o valor proposto de R\$ 8,21 por quilômetro, possui plena condição de viabilizar a execução do objeto, uma vez que no referido valor já estão compreendidas todas as despesas com eventuais manutenções, abastecimento, gerenciamento e controle dos veículos, funcionários, bem como o seu lucro, em conformidade com as exigências do edital*”.



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Ademais, manifestou ainda que, consoante o quadro comparativo aos demais contratos firmados perante essa municipalidade, os preços estariam exequíveis.

*A priori*, cumpre salientar que o quadro comparativo dos valores inerentes aos contratos firmados perante essa municipalidade, para fins de “justificar” a equivalência do valor ofertado no caso em vertente **NÃO deve ser utilizado para critério de aferição da exequibilidade.**

*In casu*, denota-se que a execução dos serviços se dará mediante a disponibilização da quantidade de veículos compatíveis com a execução dos serviços - atualmente, em razão das rotas estabelecidas, como consta no Anexo I - Termo de Referência, em determinado período são utilizados 7 (sete) veículos, sendo que destes, **6 (seis) devem ser ônibus de no mínimo 42 lugares** e 1 (um) micro-ônibus de no mínimo 28 lugares.

Ocorre que os contratos pretéritos, ora acostados pela empresa “Executive” para fins de comparação ao valor ofertado, trata-se de disponibilização de veículos através de micro-ônibus, cuja operação contém características distintas da execução do objeto em apreço, como rotas, equipe e dentre outros custos diretos e indiretos, razão pela qual, não poderá ser utilizada como parâmetro de exequibilidade.

Por outro lado, denota-se que a decomposição constitui instrumento de aferição da exequibilidade e vantajosidade da proposta, de caráter instrumental e acessório, vinculado ao valor final ofertado para fins de instruir o julgamento de aceitabilidade da proposta.



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Se perfilando do mesmo posicionamento, Marçal Justen Filho vocifera que:

*“A demonstração da compatibilidade entre oferta e custos. A licitação não se destina pura e simplesmente a selecionar a proposta de menor valor econômico, mesmo quando adotado o tipo menor preço. Visa a selecionar a proposta de menor valor que possa ser executada satisfatória e adequadamente. Justamente por isso, o ato convocatório deverá impor ao licitante o ônus de demonstrar a formação de seus custos diretos e indiretos, assim como a margem de lucro prevista. Usualmente, essa demonstração envolve a apresentação de planilhas com preços unitários, onde o particular formula projeções quanto a quantitativos de itens necessários à execução da prestação, indicando o custo necessário a tanto. Esses demonstrativos deverão indicar os custos diretos como aqueles indiretos, relacionados inclusive com a carga tributária. Lembre-se que a exigência de apresentação desses demonstrativos destina-se a preencher diversas finalidades. Trata-se não apenas de evidenciar a viabilidade econômico-financeira da proposta, mas também a controlar a adequação da concepção do particular em vista das exigências técnico científicas e de adotar um fundamento para eventuais modificações necessárias ao longo da execução com contrato.”*  
(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2008, p. 48-49)

Certamente, a opção pela classificação da proposta ofertada pela



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

empresa “Executive” desrespeitará o princípio da vantajosidade, o qual é qualificado pela doutrina como o fim primordial da licitação.

Veja-se novamente o ensinamento do ilustre Marçal Justen Filho:

*“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos interrelacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se portanto, uma relação custo benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12a Edição, Dialética, págs. 63).*

Dessa forma, em respeito ao princípio da vantajosidade, não se antolha cabível que o Douto Pregoeiro classifique a proposta em testilha, a qual se demonstra totalmente prejudicial à Administração Pública, pois os valores cotados estão em desacordo com o mercado e com os parâmetros definidos pela legislação vigente, tornando-se totalmente inexecutáveis.

Portanto, considerando a ausência de comprovação da exequibilidade da proposta, a mesma deverá ser **desclassificada**.





**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

## **II.1. DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Preliminarmente, infere-se que nos termos do item 8.19. do edital, *“na hipótese de o licitante **não atender às exigências para habilitação**, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1”*.

Por sua vez, os itens 8.1. a 8.4. relacionam os documentos pertinentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira e qualificação técnica que deverão ser apresentados pelos licitantes.

Ocorre que, após compulsar os documentos apresentados pela empresa “Executive”, constatamos as seguintes vicissitudes:

- (i) ausência de atividade pertinente e compatível ao objeto;*
- (ii) ausência da declaração elencada no item 8.12. do edital;*
- (iii) ausência de qualificação técnica operacional compatível com o objeto.*

Em que pese o arcabouço de irregularidades, a proponente “Executive” foi declarada habilitada, cuja decisão deverá ser modificada para assegurar a lisura do certame e, por conseguinte, os princípios que norteiam o procedimento, consoante passaremos a escafandrar individualmente os pontos em debate.

- (i) Da ausência de atividade pertinente e compatível ao objeto;**



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Depreende-se que o objeto se perfila na prestação de serviço de **transporte coletivo escolar**, sem monitor de transporte escolar, para atendimento dos alunos da rede municipal e estadual de ensino, bem como a disposição do pessoal do magistério e dos demais servidores da Prefeitura do Município de Schroeder/SC e do Estado de Santa Catarina.

Ocorre que a empresa “Executive” não possui atividade pertinente e compatível ao objeto, uma vez que prevê em seu contrato social, a execução restrita ao transporte rodoviário de passageiros sob o regime de fretamento, senão vejamos:

#### **DO OBJETO SOCIAL**

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. AGÊNCIAS DE VIAGENS.

Ademais, constata-se que sequer possui a atividade de transporte escolar junto ao seu CNPJ, conforme destacado abaixo:

<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</small>
<b>49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal (Dispensada *)</b>

<small>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</small>
<b>49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (Dispensada *)</b>
<b>79.11-2-00 - Agências de viagens (Dispensada *)</b>

Outrossim, destaca-se que nos termos do inciso III do art. 68 da Lei nº 14.133/21 a “*habilitação fiscal, social e trabalhista se dará mediante a*





**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

*apresentação da inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual”.*

No caso em apreço, há severa diferença entre o transporte escolar e coletivo.

Nos serviços de transporte coletivo, o operador não se responsabiliza pelo embarque e desembarque de um passageiro específico. Já no Transporte Escolar, o transportador deve se comprometer com o embarque e desembarque, pontual e seguro, de cada aluno, desde a sua residência até a escola.

Depreende-se que a execução do serviço de transporte escolar compreenderá diversos requisitos técnicos, como a definição das rotas, horários, pontos de embarque e desembarque e nos alunos beneficiados. Além desses aspectos, a regularidade, a segurança e o conforto também são componentes operacionais.

Desse modo, assente-se que o CNAE é um código identificador para a Receita Federal (sob a égide do IBGE), enquanto o Contrato Social determina, quais as atividades, realmente a empresa pode atuar, no qual não compreende em nenhuma das situações, a execução dos serviços de **transporte escolar**.

Por outro lado, as atividades da empresa, as quais ela tem permissão de exercer são exatamente aquelas previstas no Objeto de seu Contrato Social, conforme previsto no art. 997, inciso II do Código Civil.



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Sobre o tema, trazemos à lume, o posicionamento de Joel de Menezes Niebuhr:

*[...] As pessoas jurídicas não devem atuar em atividades estranhas ao seu objeto social, que sejam incompatíveis com ele. Tanto isso é verdade que o inciso III do parágrafo único do art. 1.015 do Código Civil enuncia que o excesso por parte dos administradores das sociedades simples pode ser oposto a terceiros se ocorrer operação evidentemente estranha aos negócios da sociedade. Dessa sorte, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação. Licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade. Repita-se que o documento constitutivo não precisa dispor expressa e especificamente sobre o objeto da licitação.*<sup>1</sup>

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União em acórdão 759/2017 entende que:

*"A administração deve abster-se de convocar licitantes cujo ramo de atividade econômica seja incompatível com o objeto da licitação realizada".*

De igual maneira, o entendimento apresentado no Acórdão nº 67/00 do Plenário e no Acórdão 1.021/07 - Plenário em que o Rel. Min. Marcos Vileça

---

<sup>1</sup> (NIEBUHR, 2011, p. 372.)



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

afirma que: *"inviável a habilitação de licitante cujo objeto social é incompatível com o da licitação"*.

Assim, deve adotar-se cautela quando da participação em certames, sendo necessária a análise da coerência do objeto social com o objeto licitado.

Portanto, considerando que a empresa "Executive" **NAO** possui em seu objeto social, a atividade pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, deverá ser declarada **INABILITADA**.

**(ii) Da ausência da declaração elencada no item 8.12. do edital;**

Para fins de classificação/habilitação, o item 8.12. do edital assevera que *"o licitante deverá apresentar, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas"*.

No entanto, em que pese a variegada previsão editalícia pertinente à exigência da aludida declaração, infere-se que a empresa "Executive" quedou-se inerte quanto a sua apresentação.

Tal exigência é ratificada pelo disposto no § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21, o qual assevera que *"constará do edital de licitação cláusula que **exija dos licitantes, sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento*



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

*dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas".*

Portanto, a ausência na apresentação da referida declaração, é condição *sine qua non* para desclassificação das proponentes que deixarem de atender ao edital.

Nessa toada, cumpre salientar que em se tratando de procedimento licitatório, não se pode olvidar que tanto a Administração quanto os licitantes se vinculam às cláusulas do edital, que é a lei interna que rege o certame, havendo, portanto, a necessidade de se cumprir estritamente o que nele se prevê, sem o que o processo licitatório ficaria exposto a interpretações de toda natureza, importando em verdadeira violação aos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, e demais princípios correlatos à licitação.

Com base no princípio da vinculação ao edital, a Administração Pública deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes.

Ademais, é assente o entendimento de que o edital é a lei do certame, e, enquanto instrumento convocatório, delimita as condições norteadoras dos atos da licitação, fixa o seu objeto de forma precisa e enumera os deveres e as garantias das partes interessadas, pois suas regras vinculam tanto a Administração quanto os licitantes



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Dessa forma, é dever da Administração proporcionar aos concorrentes, igualdade de condições, e o Edital deve estabelecer os requisitos e documentos indispensáveis à competição justa e isonômica.

Ilustrando esse entendimento, cumpre colacionar lição de Hely Lopes Meirelles:

*“A vinculação ao edital é o princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu”.*

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, “o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. “A Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)”.

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288): “*Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ‘a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada’.* O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

*traçadas pela própria Administração, **não pode esta se furtar ao seu cumprimento**, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”.*

No mesmo sentido ainda:

*EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. HABILITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. VÍCIO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos os concorrentes, também atenderá aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º, Lei n.º 8.666/93). **Não comprovado o cumprimento das exigências do edital de licitação, há de ser reconhecida a ilegalidade da habilitação e contratação da empresa vencedora.** Em reexame necessário, confirmar a sentença. Recurso de apelação prejudicado. (TJ-MG - AC: 10000204814768001 MG, Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 01/10/2020, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/10/2020)*

*MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - DESCLASSIFICAÇÃO –INOBSERVÂNCIA AO EDITAL - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO - SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. 1. “O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, **impondo a inabilitação da***





**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

**empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório**” (STJ, 2.<sup>a</sup> Turma, REsp. n.º 595.079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. em 22.09.2009). 2. Ausente direito líquido e certo a ser amparado na via mandamental. 3. Ordem denegada. Agravo Interno prejudicado. (TJ-MT 10228184820208110000 MT, Relator: MARIA EROTIDES KNEIP, Data de Julgamento: 07/04/2022, Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 07/04/2022)

Portanto, a falta de entrega dos documentos exigidos pelo edital de licitação ou sua apresentação extemporânea impede a continuidade de participação do licitante no procedimento licitatório, haja vista que representa descumprimento das normas e condições do edital, razão pela qual, a empresa *Executive* deverá ser declarada **INABILITADA/DESCCLASSIFICADA**.

### **(iii) Da ausência de qualificação técnica**

Para o atendimento da qualificação técnica, o item 8.4.2. prevê que os licitantes deverão apresentar a “*comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso*”.

Ocorre que a empresa “*Executive*” **não** apresentou atestados pertinentes à execução do objeto, no que tange aos serviços de transporte escolar.



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Os atestados apresentados no cotejo habilitatório, referem-se a serviços executados no âmbito de **transporte coletivo, através do regime de fretamento**, no qual **não possui a semelhança** das características do objeto licitado.

Denota-se que a comprovação da experiência anterior dos licitantes se dá, essencialmente, por meio da apresentação de **atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que demonstrem a execução anterior satisfatória de objeto similar ao licitado.

Nesse sentido, o saudoso Marçal Justen Filho leciona que “*em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás, até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente*”.

Assim, o edital pode prever a necessidade de apresentação de atestados para a “*comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento*”.

Para aferir a capacidade técnica da licitante deve ser admitido apenas atestado que comprove o fornecimento de bens similares às **características, quantidade** e prazos com o objeto licitado.

Nesse sentido é a jurisprudência deste Tribunal de Justiça:



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO DE EMPRESA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. ILEGALIDADE DO ATO NÃO DEMONSTRADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1) *No processo licitatório o edital tem força vinculante entre todos os licitantes, que devem zelar pelo cumprimento das regras. Se alguma empresa licitante **não apresentar ou apresentar a destempo os documentos comprobatórios de sua capacidade técnica e operacional, correta a inabilitação**.* 2) *Recurso conhecido e desprovido.* (AGRAVO DE INSTRUMENTO. Processo Nº 0001552-15.2018.8.03.0000, Relator Desembargador EDUARDO CONTRERAS, CÂMARA ÚNICA, j. em 10/09/2019).

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE EMPRESA POR FALTA DE CAPACIDADE TÉCNICA. AUSÊNCIA DE TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE OS PARTICIPANTES. EXCESSO DE RIGOR NÃO CARACTERIZADO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. *Mandado de segurança impetrado contra decisão que negou provimento a recurso administrativo e manteve a inabilitação da impetrante em concorrência pública.* 2. *A exigência de quantitativos mínimos pelo Edital, quanto à comprovação da capacidade técnico-operacional, tem por finalidade assegurar a Administração Pública de que a empresa contratada possa efetivamente cumprir o objeto do contrato, medida que encontra amparo, sobretudo, no interesse público que deve nortear os atos da Administração.*



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

***Precedentes.** 3. Caso em que, ademais, as diligências realizadas pela Administração, não ressaltam o afastamento das divergências quanto à capacitação técnica exigida de todos os licitantes. 4. Segurança denegada. (MS 0057253-63.2009.4.01.0000/TO, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA, Rel.Conv. JUÍZA FEDERAL MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA (CONV.), TERCEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.98 de 26/02/2010).*

Neste diapasão, é cediço que a Administração Pública, em razão dos princípios constitucionais que a orienta, para a persecução do sucedâneo de atividades desenvolvidas, corriqueiramente necessita de contratação de terceiros.

Esse processo de contratação, denominado de licitação, busca a proposta mais vantajosa, a fim de atender o interesse público.

Diante desse cenário, resta cristalino que o julgamento dilacera os princípios que norteiam a contratação pública, em especial ao do julgamento objetivo e da isonomia entre os licitantes.

Neste compasso, infere-se que o princípio do julgamento objetivo encontra íntima relação com o dogma da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que dita que **o administrador da licitação deve observar os critérios definidos no ato convocatório** para julgamento das propostas.

Assim, é afastada a possibilidade do julgador usar fatores subjetivos ou critérios não previstos no ato convocatório, devendo assegurar a



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

lisura através de critérios e fatores seletivos previstos no edital, adotados inafastavelmente para o julgamento, evitando-se, assim, qualquer surpresa para os participantes da competição

No geral, elimina a margem para avaliações pessoais sobre o que seria melhor para a Administração Pública e remove a possibilidade de decisão para ganho próprio, já que os critérios orientam a decisão sempre para ganho do órgão público.

No mesmo sentido, oportuno trazer à baila as lições da mestra Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que nos ensina:

*“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. O **julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.** O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta; se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados. Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou*



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

*celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.” (in Direito Administrativo. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 200. p. 318) (destacamos)*

Ainda sob o viés do princípio do julgamento objetivo, oportuno observarmos o que preleciona o notável catedrático das licitações Jessé Torres Pereira Júnior, na sua obra basilar “Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública” (6ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003):

*“O (princípio) do julgamento objetivo atrela a Administração, na apreciação das propostas, aos critérios de aferição previamente definidos no edital ou carta-convite, com o fim de evitar que o julgamento se faça segundo critérios desconhecidos pelos licitantes, ao alvedrio da subjetividade pessoal do julgador; o art. 45 ilustra o propósito do princípio ao estatuir que “O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.” (p. 55 - nosso o parênteses).*





**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Na mesma linha, a jurisprudência de igual modo, ratifica o posicionamento alhures, *in verbis*:

*REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. (TCU 00863420091, Relator: VALMIR CAMPELO, Data de Julgamento: 07/10/2009)*

Portanto, resta cristalina a ausência de atendimento à disposição editalícia, uma vez que a licitação “Executive” não demonstrou a qualificação técnica operacional para os serviços de transporte escolar, razão pela qual, deverá ser declarada inabilitada.

### **III. DOS PEDIDOS**



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

Em razão de todo o exposto, requer-se ao Ilmo. Sr. Pregoeiro, o recebimento e processamento do presente **RECURSO** e, em seu mérito, julgá-lo totalmente **PROCEDENTE**, acolhendo-se as seguintes pretensões:

a) **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta ofertada pela empresa *Executive Tour Viagens Ltda* em virtude da ausência de comprovação de sua exequibilidade, torando-a inexecutável;

b) **INABILITAÇÃO** da empresa *Executive Tour Viagens Ltda* em razão das seguintes inobservância:

b.1.) ausência de objeto social compatível e semelhante ao certame;

b.2.) ausência de apresentação da declaração de elaboração da proposta independente, conforme disposto no item 8.12. do edital;

b.3.) ausência de qualificação técnica operacional compatível e semelhante ao objeto.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Schroeder/SC, 06 de Novembro de 2024.

DAIANE TACHER  
CUNHA:41656006871

Assinado de forma digital por  
DAIANE TACHER  
CUNHA:41656006871  
Dados: 2024.11.06 16:03:37 -03'00'

**AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA**

*Daiane Tacher Cunha*

OAB/SP nº 389.126



**DAIANE TACHER**  
DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA**, inscrita no CNPJ do MF sob nº 27.761.435/0002-96, com sede à Rua Joinville, nº 13.777, Bairro Pirabeiraba, CEP 89.239-220, na cidade de Joinville/SC, neste ato representado por *Diego Marques Sartore*, inscrito no CPF nº 376.837.758-00.

**OUTORGADAS: DAIANE TACHER CUNHA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 389.126 e no CPF do MF sob nº 416.560.068-71, **THAYNÁ LAÍSE RODRIGUES**, brasileira, assistente jurídica, solteira, inscrita no CPF do MF sob nº 459.090.048-32 e RG nº 54.431.716-6, e **RAFAELA SILVA MACHADO DELFINO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP nº 491.232 e no CPF do MF sob nº 466.634.228-12, ambas com endereço profissional à Rua Antonio Alves de Oliveira, nº 395 - Centro, na cidade de Araçoiaba da Serra/SP.

**PODERES:** para o fim especial de promover a representação da outorgante junto aos procedimentos licitatórios realizados junto às administrações públicas no âmbito Municipal, Estadual e Federal, podendo assinar propostas, declarações, firmar compromissos, contratos, atas de registro de preço, requerer o registro cadastral, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos e recursos, fazer novas propostas, ofertar lances, conceder descontos, prestar caução, levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas, transigir, desistir e demais atos necessários à representação do outorgante. Outorga-lhe ainda, os poderes para requerer a chave de acesso e senha junto ao sistema e-licitações do Banco do Brasil, bem como, assinar o termo de nomeação de representante e de adesão, além do registro cadastral perante o Banco Eletrônico de Compras do Estado de São Paulo e SICAF. As outorgadas poderão substabelecer os poderes, de modo a credenciar outros representantes junto aos certames licitatórios. Procuração válida até 31 de dezembro de 2024.

Araçoiaba da Serra, 25 de outubro de 2024.

DIEGO MARQUES  
SARTORE:37683775800  
Assinado de forma digital por  
DIEGO MARQUES  
SARTORE:37683775800  
Dados: 2024.11.04 09:51:56 -03'00'

**AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA**  
*Diego Marques Sartore*